

Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais

José Henrique de Faria

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa “Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO” representa estudos que vêm sendo desenvolvidos desde 1978 sobre as relações de poder e mecanismos de controle nas organizações, entendidas estas objetivamente como unidades produtivas. Nesta trajetória foram publicados, além de diversos artigos em revistas acadêmicas, os seguintes livros: em 1985, “Autoritarismo nas Organizações” e “Relações de Poder e Formas de Gestão”; em 1987, “Comissões de Fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas”; em 1992, “Tecnologia e Processo de Trabalho” (segunda edição em 1997); em 2004, “Economia Política do Poder”, em três Volumes, inteiramente produzido durante o ano de 2003 na University of Michigan em Ann Arbor (sexta reimpressão em 2012); em 2007, “Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais”; e em 2009, “Gestão



Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações”. Todos estes livros tiveram como campo empírico unidades produtivas: (i) da indústria (automobilística, metalúrgica, mecatrônica, têxtil) tanto no Brasil como nos USA, com destaque para as chamadas *big three* em Detroit; (ii) de serviços (logística, transporte, hospitalar, bancário); (iii) do setor público direto (educação, planejamento); (iv) do chamado terceiro setor (ONGs); (v) das organizações coletivistas de trabalho associado (cooperativas, empreendimentos “autogestionários”, economia solidária).

Em síntese, as pesquisas foram iniciadas pelo estudo do movimento dos trabalhadores da indústria metalúrgica e automobilística do ABC paulista (1978-1979), em que foi tratado o tema do autoritarismo na gestão destas unidades e na ação do Estado Capitalista em sua mediação repressora. O autoritarismo, em sua forma manifesta, constitui todo o sistema de controle sobre a gestão do processo

de trabalho¹. Posteriormente, continuando nesta linha de estudo sobre o sistema de controle na gestão, foram estudadas as Comissões de Fábrica ainda em São Paulo, enquanto forma de resistência operária à gestão autoritária e, ao mesmo tempo, enquanto *locus* estratégicos de ação da gestão das relações industriais pelas fábricas (1980-1984). Em seguida (1988-1989), foi desenvolvida uma pesquisa tendo por campo empírico organizações produtivas instaladas na Cidade Industrial de Curitiba que haviam incorporado tecnologias de base microeletrônica em sua linha de produção, na qual se defendeu a proposta de que as tecnologias físicas e de gestão² são interdependentes e fazem parte do sistema

¹ Em 25 de fevereiro de 1984, Fernando Prestes Motta escreveu-me uma carta, da qual destaco este trecho: "A manufatura é o local da gênese da organização despótica da produção, não porque a coordenação do trabalho dividido seja naturalmente autoritária, mas porque ela assim se torna quando os detentores do capital se diferenciam daqueles que apenas vendem sua força de trabalho. Manufatura, fábrica e grande empresa automatizada, são estágios de avanço burocrático, na medida em que concentram cada vez mais o poder na cúpula administrativa e vão diluindo a propriedade dos meios de produção(...). Paulatinamente, a burocracia vai fazendo prevalecer um único modo de sentir, pensar e agir, visto como legítimo e impondo o seu modelo organizacional aos sindicatos de trabalhadores e aos partidos políticos de vanguarda, bem como às instituições educacionais que reproduzem a subjetividade burocrática (...). São esses modelos, que antes de mais nada submetem a ação afetiva e a ação racional com relação a valores à ação instrumental e que transformam a razão de ser em razão do poder, que são veiculados pela teoria geral da administração".

² Neste estudo, que se constituiu em minha tese de Professor Titular da UFPR, propus os conceitos de tecnologia física, tecnologia de gestão, tecnologia de processo e tecnologia de produto. Tecnologia de gestão é, hoje, uma expressão bastante utilizada na área de estudos sobre organizações com diferentes significados, sendo os mais comuns os que a consideram como: (i) conjunto de disciplinas de gerenciamento que permite que as organizações criem vantagens competitivas; (ii) integração de planejamento, projetos, otimização, operação e controle de produtos tecnológicos, processos e serviços; (iii) gestão do uso da tecnologia para o "proveito humano". Nenhum destes corresponde ao conceito proposto, como se verá adiante.

e dos mecanismos de controle do processo de trabalho, pelo capital, em nível global, em contraposição à tese (ainda hoje defendida em alguns círculos) do chamado “modelo japonês de gestão” ou do “pós-fordismo”. Em 2001 foi criado o Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq, e certificado pela UFPR, em 2002, e hoje já consolidado (www.eppee.org.br ou www.teoriacritica.org). A partir do EPPEO as pesquisas passaram a ser efetiva e praticamente coletivas.

Atualmente, o EPPEO conta com 25 doutores, 12 mestres (sendo três em doutoramento), um especialista, e 7 alunos de graduação. A produção do EPPEO, segundo o censo de 2010, que teve por base a plataforma Lattes, pode ser resumida no Quadro 01.

Quadro 1 – Indicadores de Produção do EPPEO (2007-2010)

Indicadores de Produção C, T & A de Integrantes do Grupo - 2007-2010				
Tipo de Produção	2007	2008	2009	2010
Produção bibliográfica	384	282	161	194
Artigo completo publicado em periódicos especializados (circulação nacional)	37	51	35	57
Artigo completo publicado em periódicos especializados (circulação internacional)	3	5	0	0
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos, tecnológicos e artísticos	86	103	48	50
Livro	5	12	4	0

Capítulo de livro	114	35	27	49
Resumo de trabalhos publicados em revistas técnico-científicas	0	0	0	0
Resumo de trabalhos publicados em anais de eventos científicos, tecnológicos e artísticos	139	76	47	38
Produção Técnica	339	410	251	318
Software com registro ou patente	0	0	0	0
Software sem registro ou patente	0	0	0	0
Produto tecnológico com registro ou patente	0	0	0	0
Produto tecnológico sem registro ou patente	2	0	0	0
Processo ou técnica com catálogo/registo	0	0	0	0
Processo ou técnica sem catálogo/registo	0	0	0	0
Trabalhos técnicos	43	76	94	125
Apresentação de trabalhos	148	162	100	101
Outros trabalhos técnicos	146	172	57	92
Orientação concluída	162	179	89	84
Dissertação de mestrado	26	25	39	12
Tese de doutorado	4	4	4	2
Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização	23	65	9	6
Trabalho de conclusão de curso de graduação	79	76	17	38
Iniciação científica	30	9	20	26
Produção artística/cultural	3	0	2	1
Demais trabalhos	576	645	336	40

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq.

Registre-se, também, além dos indicadores de produção:

- i. Projetos Financiados pelo CNPq: 08;
- ii. Projetos Financiados por Outras Agências de Fomento: 06;
- iii. Eventos Nacionais Promovidos: 03;
- iv. Pesquisas Institucionais Realizadas e Concluídas: 12;



- v. Divulgação de Resultados das Pesquisas (vídeos, relatórios, análises, material didático etc.): disponíveis a partir de Novembro/2008 no site www.teoriacritica.org ou www.eppeo.org.br cujos domínios foram adquiridos pelo Grupo;
- vi. Criação do Laboratório de Mudanças Organizacionais - LAMO em julho de 2012;
- vii. Bolsas de Iniciação Científica Financiadas: 18;
- viii. Relatórios de Pesquisa Concluídos: 09;
- ix. Material Didático de Formação/qualificação: 24;
- x. Parceria Institucional: Instituto Ambiens de Pesquisa, Educação e Planejamento; Ambiens Sociedade Cooperativa³.

A criação do EPPEO, em 2001/2002, decorreu da convicção de que havia uma linha coerente de investigação desde 1978, ainda que não tivesse sido previamente planejada: relações de poder e mecanismos de controle na gestão do processo de trabalho nas unidades produtivas. Esta linha de pesquisa teve decisiva influência de Maurício Tragtenberg e de suas orientações. A criação do EPPEO favoreceu a revisão, organização e sistematização desta trajetória de pesquisa e a proposição da Teoria da Economia Política do Poder. Neste trajeto percorrido, muitas questões

³ Com a integração das plataformas pelo CNPq e pela CAPES, parece inadequado a manutenção dos Censos dos Grupos de Pesquisa. Toda a produção desses grupos deveria ser automaticamente registrada a partir dos Currículos Lattes dos pesquisadores.

ficaram mais claras e outras tantas bem mais complexas do que pareciam. Sendo mais específico, as linhas orientadoras dos estudos e pesquisas que começaram pelo materialismo histórico e avançaram para a Teoria Crítica Frankfurtiana, especialmente da primeira e terceira gerações, incorporando reflexões no campo da psicossociologia, retornaram ao materialismo histórico não ortodoxo e à definição de uma epistemologia crítica própria: Epistemologia Crítica do Concreto. A dimensão epistemológica do materialismo histórico e o método dialético constituem a linha de orientação básica de todo o projeto desenvolvido, o que tem permitido um permanente diálogo crítico com teorias de diversas origens. O desenvolvimento das pesquisas e a maior clareza quanto às formas de realizá-las neste percurso de cerca de 40 anos inspiraram tanto a definição das condutas acadêmicas quanto sua consolidação.

A repercussão da teoria proposta, em especial no ambiente acadêmico crítico (que, como se sabe, é minoritário na área de Estudos Organizacionais), mostra que a energia despendida nestes estudos não tem sido em vão. Na área da gestão e dos estudos organizacionais, é certo que proposições críticas, como esta, têm muito menos visibilidade que aquelas tradicionais ou conservadoras. Mas estas proposições certamente oferecem mais contribuições originais e geram maior impacto teórico, político e ideológico do que as tradicionais, mais voltadas às medidas oficiais de impactos (explicitamente, as medidas do tipo Qualis Capes que

simplesmente reproduzem a versão burocrática conservadora das ciências positivistas).

O esforço didático para tornar a análise crítica mais acessível por parte do EPPEO, contudo, não faz qualquer concessão aos manuais de autoajuda profissional e às cartilhas sobre gestão com suas fórmulas mágicas de sucesso imediato, com recomendações indiscutíveis, com estratégias infalíveis e com discursos de produtos fáceis que tanto encantam consultores e camelôs do ensino superior. A lógica da reprodução conservadora difere completamente da lógica da produção do saber crítico. Fazer a crítica não é dar a última e definitiva palavra, nem considerar que tudo o mais é inútil, mas é apontar os problemas onde imperam as certezas.

Neste sentido, é necessário esclarecer que o Grupo de Pesquisa EPPEO, que pertence ao terreno da polêmica por conta de sua proposta, não pretende encerrar o assunto e esgotar a teoria que propõe. Seu objetivo é o de realizar outra leitura da realidade da gestão do processo de trabalho nas organizações produtivas, em contraposição ao *mainstream* tradicional da Teoria das Organizações e da Teoria da Administração. De fato, o caráter inovador da abordagem do poder, do controle e do trabalho, o alargamento da análise do sistema de capital bem ali onde ele atua cotidianamente, a construção de um

corpo teórico interdisciplinar que valoriza o diálogo entre teorias e a proposição de uma Teoria da Economia Política do Poder, decorrem exatamente deste quase “vazio analítico crítico” ao *mainstream* tradicional.

Dar forma a uma questão tão complexa como a das relações de poder, dos mecanismos de controle do trabalho na gestão do processo de produção por unidades produtivas sob o comando do capital, colocando-se em posição crítica quanto a este tema ao enfrentar conceitos arraigados e uma ideologia dominante secular, exige mesmo a proposição de uma teoria nova. Como toda teoria nova, esta também instaura a controvérsia e suscita divergências, não só no campo tradicional, como no da própria crítica. Tal proposição demandou algum tempo para se consolidar, ainda mais em uma área tão cheia de manuais, de receitas prontas e de autoridades no assunto que tomam conta das prateleiras, das salas de aula e dos encontros acadêmicos mundo afora. Uma área tão preenchida de gurus, xamãs, palestrantes itinerantes, consultores e inventores de moda precisa ser enfrentada de uma forma crítica científica, fundamentada no campo empírico, ou seja, no plano do real concreto, opondo-se ao *mainstream* tradicional e seus derivativos contemporâneos e de resistência ao poder avassalador da ideologia do sistema de capital que penetra em todos os poros do tecido social.

Para quem acredita que administrar é apenas uma atividade técnica, o Grupo de Pesquisa EPPEO tem muito a dizer. Administrar é fazer política, decidir é uma ação política, tal como planejar. A gestão é uma atividade política, pois a mesma corresponde a governar (gerir) e disto já sabia Machiavel em "O Príncipe" e sua arte de fazer política (administrar). Administrar não se esgota na administração de empresas, pois muitos são os tipos de organização e de empreendimentos (inclusive os populares) que são administrados. Em qualquer caso, sempre é preciso uma avaliação crítica desta atividade. No EPPEO, especificamente, a proposta de uma análise crítica pretende indicar as contradições mais evidentes da gestão nas unidades produtivas sob o comando do capital e mostrar que se alternativas para uma gestão democrática são difíceis, também são possíveis.

As diversas pesquisas realizadas durante vários anos sobre a gestão do processo e da organização do trabalho nas unidades produtivas mostraram que os mecanismos de controle, enquanto exercício do poder no plano organizacional, constituem o elemento central de toda a gestão. Este sistema é, assim, a realidade imediata de onde se deve partir. A realidade imediata revela apenas a aparência do fenômeno, contudo é dela que se deve partir para que a ela se possa retornar, não para vê-la da maneira como se apresenta, mas como a mesma opera em suas formas manifestas e ocultas, explícitas e sutis, enfim, em sua aparência e conteúdo. Do ponto de vista do sistema de capital, os mecanismos

de controle são aplicados sobre o tempo e o processo de trabalho para assegurar a necessidade histórica da produção de valor e da acumulação do capital.

A proposta do EPPEO, portanto, é apresentar uma forma de análise, avaliação e conhecimento a partir de uma leitura crítica, ou seja, leitura de uma face das organizações e da gestão que constitui sua negação, compondo uma unidade de contrários. Isto significa que a gestão das organizações se apresenta dialeticamente em sua dupla face e não apenas em sua versão gerencial como tem sido amplamente exposta. A face "business" é bem conhecida através dos manuais, trabalhos acadêmicos publicados em revistas científicas e em outros estudos e discursos. Trata-se, então, de apresentar a outra face da mesma moeda, ou seja, suas contradições. É preciso indicar que o mundo do planejamento estratégico organizacional, do marketing, da administração financeira e da produção, da gestão de pessoas, é o mundo da fantasia ideológica da harmonia e da naturalização do modo capitalista de produção. É preciso enfrentar este modelo de gestão submetido ao sistema de capital e à burocracia bem ali onde o mesmo é produzido, reproduzido e ensinado.

O Grupo de Pesquisa EPPEO tem como campo empírico as organizações produtivas sob o comando do capital e, portanto, vai se deter na análise das relações de poder e de trabalho e dos sistemas de controle que estas foram historicamente

construindo e aperfeiçoando, de forma a torná-los cada vez menos visíveis e mais eficientes. Por que o corte analítico escolhido é o da organização (unidade produtiva sob o comando do capital) e de sua gestão? Porque é neste nível que se desenvolvem concretamente e de maneira privilegiada os mecanismos de controle e as formas de resistência aos mesmos desde uma perspectiva prática ao alcance imediato da investigação científica. É na organização produtiva capitalista, expressão da unidade do correspondente modo de produção, que as práticas de controle sob o processo e a organização do trabalho podem ser observadas de perto, em seu desenvolvimento concreto. Este corte analítico de forma alguma pretende diminuir a instância categorial do modo de produção. Ao contrário, é no interior deste modo de produção que a organização produtiva opera plenamente na medida em que ela o constitui.

As pesquisas acerca das relações de poder não são propriamente novas na área dos estudos organizacionais. Entretanto, foi apenas a partir dos anos 1970 que as mesmas trouxeram para o debate, no Brasil, a perspectiva da Teoria Crítica. Sabe-se que quanto mais se ampliam as bases teóricas, conceituais e epistemológicas da Teoria Crítica em Estudos Organizacionais, mais se expandem e diversificam as perspectivas de desvendamento de novas interpretações e de novos campos de investigação. O Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais - EPPEO tem desenvolvido sua produção a partir das

seguintes linhas de pesquisa: (i) Epistemologia e Teoria Crítica; (ii) Formas de Gestão, Poder e Relações de Trabalho; (iii) Poder, Trabalho e Controle; (iv) Estado, Poder e Políticas Públicas; (v) Reestruturação Produtiva, Relações e Organização do Processo de Trabalho.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

A explicação de todo o processo epistemológico e metodológico que orienta o Grupo de Pesquisa decorre da necessidade de esclarecer as formas pelas quais a matéria (objeto da pesquisa em seu campo empírico) é apreendida pela consciência (sujeito da pesquisa em sua relação com o objeto), de maneira a que seja possível desenvolver a Teoria da Economia Política do Poder, com ênfase em um de seus aspectos mais essenciais, a teoria crítica da gestão e do controle do processo de trabalho.

Na perspectiva de Teoria da Economia Política do Poder o método de produção do conhecimento tem por fundamento a primazia do real sobre a ideia, entendendo, contudo, que o real para ser apropriado pela consciência necessita da mediação do pensamento, recusando tanto o empirismo quanto o idealismo. A inscrição da matéria na consciência mediada pelo pensamento não se constitui nem em uma tradução direta, sem intermediação, nem em uma elaboração metafísica, mas em

uma interação dialética, tensionada e dinâmica, marcada pela complexidade e pelas contradições entre o sujeito e o objeto. Como orientação epistêmica este livro situa-se na dimensão de uma Epistemologia Crítica do Concreto de base materialista histórica. Como orientação metodológica situa-se no procedimento dialético⁴. Tal vinculação entre o materialismo histórico da epistemologia e a dialética da metodologia não pretende prestar contas ou submeter-se a qualquer dogma, à ortodoxia ou a qualquer corrente marxista específica, na medida em que se constitui em uma proposta de avanço teórico, com base em uma epistemologia e uma metodologia críticas do concreto. Não se deseja, aqui, depreciar o dogmatismo (também chamado de fidelidade) marxista, apenas indicar que não se assume nenhum compromisso com qualquer corrente do marxismo exatamente por entender que este tipo de procedimento dogmático é o pai do idealismo que o marxismo tanto critica.

Cabe também aqui insistir em uma observação importante sobre a relação do sujeito com o real e com suas expressões. Como a Teoria da Economia Política do

⁴ O método dialético consiste em analisar o objeto (a matéria) em sua totalidade ou inteireza (o total não é o absoluto), em suas múltiplas relações causais (que nada tem a ver com relações causa-efeito), em suas contradições, complexidade e movimento. Toda matéria contém um duplo caráter, constitui-se como uma unidade de contrários. O método guia o sujeito pesquisador na apropriação do real e é na dialética do real que se encontra a dialética da análise. A exposição dos resultados da pesquisa (o texto), contudo, obedece às formalidades linguísticas, à gramática. A dialética está na realidade e no método de análise. O texto expõe, de maneira formal, a teoria, o conceito, enfim, a realidade complexa resultante da pesquisa.

Poder trata também do simbólico, do imaginário e das ideologias, não há como deixar de indicar, como já notaram Marx e Engels em sua famosa crítica à ideologia alemã e Castoriadis em seu clássico estudo sobre a instituição imaginária da sociedade, que a ideologia produz seu próprio esquema de interpretação, de dissimulação, de justificação, de divulgação e de renovação. Assim, é necessário observar, mesmo na perspectiva hermenêutica, que todo o saber que se propõe objetivo é precedido por uma relação de pertença social que jamais se pode refletir inteiramente e que, embora este saber possa aspirar certa autonomia, jamais rompe com os vínculos em que se fundamenta. Não existe pesquisador sem ideologia. Assim, nada é mais necessário que a renúncia à arrogância para que se possa empreender com paciência o trabalho incessantemente retomado do distanciamento e do assumir a condição histórica. Cabe, portanto, ao sujeito pesquisador compreender que o distanciamento possível de sua vinculação ideológica jamais irá lhe conferir neutralidade axiológica e que o saber que se pode produzir carrega em si os vínculos iniciais. Tais vínculos, convém insistir, não podem ser confundidos com os “mapas cognitivos”, pois enquanto os primeiros decorrem de uma posição política os segundos decorrem da escolha arbitrária de pressupostos conceituais.

A investigação deve partir de bases reais e não da imaginação que se tem sobre a realidade. Como já indicava Marx (2007, p. 37):

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] Os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar.

Com este sentido, para a Teoria da Economia Política do Poder o real é o que existe concreta e materialmente tal como é experienciado e apropriado pela consciência, mesmo que esta existência e esta experiência se operem apenas no plano das ideias ou das emoções e não representem o concreto compartilhado ou o concreto físico (tangível). Deste modo, o “material” é tudo o que pode ser apreendido pela consciência como matéria pensada. As fantasias, as ilusões, os mitos, o imaginário, a ideologia, as sensações, ainda que não encontrem correspondência no plano tangível, existem concretamente para o sujeito como sua realidade (ainda que dela não tenha necessariamente plena consciência) e, como tal, são existências reais, ou seja, embora seus conteúdos possam ser abstratos, o plano das ideias e dos sentimentos tem uma existência real. Nem sempre se trata de um real objetivado ou passível de compartilhamento, mas isto não torna estes fenômenos menos importantes na definição da ação concreta dos

sujeitos. Uma parte desta realidade, pelo fato de não poder ser compartilhada ou por não ser referenciada a uma inteligibilidade, tem sido considerada como não pertencente ao plano do real. Entretanto, a psicossociologia e a psicanálise já demonstram que o que não pode ser compartilhado e o que existe no inconsciente intervêm na ação e no pensamento dos sujeitos. Em outras palavras, são fenômenos reais.

Nesta mesma esteira, é por considerar que as fantasias, os símbolos, os mitos, as emoções e o conhecimento não têm significado real físico, que a razão instrumental só pode tomar o real como significação pensada do visível, minimizando ou mesmo negando a importância da subjetividade na ação do sujeito. É por considerar que só pode existir uma verdade absoluta que a lógica positivista não admite as possibilidades de existência de contrários.

Desta discussão entre material e imaterial decorre outra, tão polêmica quanto. Sem dúvida, uma das mais insistentes objeções de marxistas e freudianos em geral refere-se à pretensão de juntar Marx e Freud em um mesmo plano teórico. Epistemologicamente, as teorias de Marx e Freud encontram-se em planos antagônicos. Entretanto, do ponto de vista da Teoria da Economia Política do Poder, a questão central é o quanto este antagonismo pode ou não ser apropriado metodologicamente. Não se trata de saber, portanto, o quanto o pensamento real

corresponde ao concreto visível ou compartilhado, mas o quanto corresponde à ação do sujeito, ainda que não possa ser percebido, pois se as relações que o sujeito é capaz de elaborar incluem elementos que representam tanto o concreto expresso quanto o imaginário, tanto a razão como o afeto, tanto o consciente como o inconsciente, tanto a atividade manual quanto a intelectual, isto deve significar que todas estas inclusões estejam presentes em sua ação e em seus conceitos. Neste sentido, igualmente, não é suficiente deduzir a natureza do sujeito pelo seu comportamento manifesto e tampouco pretender entendê-lo a partir apenas de estímulos.

Este tema não é novo, tendo sido enfrentado pela primeira geração da Escola de Frankfurt, especialmente por Fromm, Marcuse e Reich (ROUANET, 1998). Um dos primeiros estudos que buscam estabelecer uma relação metodológica e teórica entre a psicanálise e o marxismo foi desenvolvido por Osborn (1943), que apresentou uma abordagem então inovadora na qual ilustrou as inter-relações entre a vida subjetiva, descrita por Freud, e o mundo objetivo das relações de produção, investigado por Marx: “um erro muito divulgado é que a concepção marxista exclui de toda a consideração as qualidades subjetivas que jogam, a cada instante, um papel tão importante na conduta humana (OSBORN, 1943, p. 23). Entre tantas proposições sobre o tema, Viana (2008) apresenta os ensaios “universo psíquico e reprodução do capital”, “Freud e o marxismo”, “Freud e a

abjuração dos sentimentos” e “Marcuse e a crítica ao neofreudismo”. Todas estas propostas sugerem a perspectiva aqui adotada de que na relação entre a *psique* e a razão, entre o subjetivo e o objetivo, o real se torna o mundo cognoscível na forma de concreto pensado, tanto no plano consciente quanto na constituição do inconsciente.

Desta maneira, segundo Marx (2013), o movimento das categorias de análise aparece à consciência como um verdadeiro ato de produção decorrente do real e seu movimento tem como resultado o mundo concreto. Se este movimento decorresse da ideia, a totalidade concreta seria apenas produto do pensamento e da representação que se moveriam por si mesmas, ou seja, produtos absolutos do conceito que se originaria a si próprio, que pensaria acima e à parte da percepção e da representação. As categorias, ao contrário, são produtos da elaboração consciente partindo do real. Como indica Marx (2013, p. 162), “as coisas são, em si mesmas, exteriores ao homem”, e é por isso que ele só pode apropriar-se delas como coisas pensadas. Portanto, a totalidade que se manifesta na mente como um todo pensado é produto do cérebro pensante que se apropria do mundo pela única forma possível.

Ainda que se possa intuir que há mais do que se percebe e do que se elabora, convém insistir que o real para a consciência (real pensado) é apenas o que pode

ser concebido a partir do concreto, do que é material à apreensão pelo sujeito. Assim, se o sujeito se dedica a uma atividade especulativa ou puramente teórica, o mesmo subsistiria autonomamente com relação à mente, em uma separação racional cartesiana. Isto ocorreria se o sujeito, social e historicamente compreendido, atuasse de forma constante sobre a mente como condição prévia da apreensão, representação e elaboração.

O Grupo EPPEO, portanto, fundamenta-se em uma análise com base no materialismo histórico, ao qual agrega uma interpretação oriunda da psicossociologia e da psicologia social freudiana, pois pretende dar conta de um corte analítico sobre o qual o marxismo tradicional não tem se debruçado suficientemente. Esta relação entre o marxismo e a psicologia social, como mencionado, foi explorada de forma original pela Teoria Crítica, porém com outra finalidade que não a da análise das relações de poder e dos mecanismos de controle sobre o processo de trabalho nas unidades produtivas capitalistas. Ainda que possa, esta agregação, ainda gerar certa estranheza em alguns círculos acadêmicos mais ortodoxos, a mesma é absolutamente necessária para alcançar os objetivos pretendidos pelo Grupo e deve ser perseguida como uma contribuição que, se não é inteiramente nova, tampouco é dogmática. O que o EPPEO procura fazer não é um exercício de neomarxismo, de marxismo revisionista e tampouco se filiar a qualquer qualificação deste ou de outro

gênero. É preciso insistir que o EPPEO não tem nenhuma intenção de pagar tributo a qualquer corrente de pensamento marxista ortodoxo ou prestar contas a nenhum marxismo em particular.

A inserção da psicossociologia e da psicologia social freudiana⁵ orientado pelo materialismo histórico é um recurso fundamental para entender a física do poder, ou seja, a prática da gestão e do controle do processo de trabalho no mundo do capital, nas organizações produtivas sob seu comando, exatamente ali onde as relações de poder e sua objetivação em mecanismos de controle diariamente se produzem e reproduzem. Assim sendo, “o método crítico toma o que os outros disseram e vislumbraram e trabalha com este material a fim de transformar o pensamento – e o mundo que ele descreve – em algo novo (...). Um conhecimento novo surge do ato de tomar blocos conceituais radicalmente diferentes, friccioná-los uns contra os outros e fazer arder o fogo revolucionário” (HARVEY, 2013, p. 14). Em tal perspectiva, é crucial tomar os argumentos desenvolvidos nas teorias, desconstruí-los criticamente (procurar suas contradições, limites e falhas), repará-los em novos termos e transformá-los em conceitos úteis.

⁵ Eventualmente recorre-se diálogos com a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours), com Piaget, Vygotsky e outras correntes da psicologia naquelas concepções que possam auxiliar no desenvolvimento argumentativo.

Em síntese, é preciso compreender que a observação imediata de um fenômeno não permite, por si só, sua captura como fenômeno pensado em sua inteireza. A aparência do fenômeno indica apenas sua forma tal como parece ser e não como de fato é, ou seja, em sua pseudoconcreticidade. Para compreender um fenômeno é necessário partir de sua forma imediata, mas é fundamental ir além dela e isto requer uma elaboração e uma reflexão em profundidade (mediação pelo pensamento). Ao mesmo tempo, partir de uma teoria dada para com ela compreender um fenômeno permite ao sujeito ver no mesmo apenas o que já estava previamente definido na ideia, pois, neste caso, o fenômeno “mostra” ao sujeito somente aquilo que ele pretendia ver antes mesmo de conhecê-lo.

A TEORIA CRÍTICA

A concepção da Teoria Crítica tem sido relacionada diretamente à Escola de Frankfurt (BOTTOMORRE, 1984), enquanto compreensão totalizante e dialética, capaz de fazer emergir as contradições da sociedade capitalista. Entretanto, a Teoria Crítica não é uma unidade na Escola: o grupo que se organiza em torno do Instituto de Pesquisa Social (Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Fromm, Pollock), conhecido como a primeira geração da escola, adota fundamentos diferentes dos seguidos por Habermas, que representa segunda geração, cujos textos no início seguem as linhas definidas pelo grupo, mas reformula a noção de

Teoria Crítica tomando outro rumo e abandonando os fundamentos marxistas que caracterizam a Escola de Frankfurt. A chamada terceira geração, representada por Honneth, volta-se à filosofia hegeliana pretendendo emprestar a esta um caráter empírico no que se refere ao tema do reconhecimento social. Mesmo no primeiro grupo existem diferenças, que podem ser resumidas em dois textos: *Tradizionale und Kritische Theorie*, publicado em 1937 por Horkheimer e *Philosophie und Kritische Theorie*, publicado no mesmo ano por Marcuse como resposta a Horkheimer.

A Teoria Crítica pretendia denunciar a repressão e o controle social a partir da constatação de que uma sociedade sem exploração é a única alternativa para que se estabeleçam os fundamentos da justiça, da liberdade e da democracia. Neste sentido, os teóricos da Escola de Frankfurt investiram tanto contra o nazismo, do qual foram vítimas, quanto contra o totalitarismo que se introduziu na União Soviética, sob Stalin. Assim, ao mesmo tempo em que se vinculam ao pensamento marxista, esses teóricos não abdicam da crítica a determinados *marxismos* (os mecanicistas, os naturalistas, as versões fisicalistas da história elaborada pelos leninistas, entre outros), retomando a dialética hegeliana em sua versão materialista e dialogando com Freud, Weber e outros pensadores não marxistas. Tais diálogos abriram espaços para a ampliação das análises de fundamento marxista, entre outras, nas áreas da estética, da cultura, do

conhecimento, da linguística, da psicologia social e das organizações. A Teoria Crítica oferece não apenas um modo de interpretação de como a produção humana relaciona-se com os desejos, conflitos e potenciais, mas também uma forma de desenvolver habilidades para pensar lógica e criativamente, afastando-se do pensamento canonizado.

O Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*) foi fundado no interior desse confronto entre as diversas disciplinas, os dogmas em que se tornaram algumas teorias e as diferentes análises de uma teoria, cada qual avocando para si a primazia da verdadeira interpretação. O marxismo, que detinha certa unidade e uma identidade, passava a conviver com a fragmentação. O objetivo inicial dos fundadores do Instituto e de toda a primeira geração era apresentar um modelo de marxismo como alternativa às concepções que dividiam o marxismo. Tratava-se, neste momento, de resolver o problema da crise e da fragmentação, de retomar a tradição do marxismo para restabelecer sua identidade. Um dos pontos cruciais na crise do marxismo residia em uma discordância quanto ao caminho e aos meios para se chegar ao poder: pela via das reformas ou da revolução. Tal divergência relacionava-se às análises que estavam na base dos diagnósticos e prognósticos. É nesse contexto que surge o programa de Horkheimer de um materialismo interdisciplinar.

Para compreender o mundo, Horkheimer (1972; 1974; 1990) julgava, como Lukács (1974; 1974b), que se deveria partir do marxismo, porém refundindo-o com a incorporação de outros saberes. Esse movimento, iniciado com Lukács e Korsch, denominado por Wiggershaus de “marxismo ocidental”, tem um dos seus eixos na abertura para saberes, teorias científicas ou filosóficas, não diretamente marxistas. Neste sentido, uma das novidades do materialismo interdisciplinar proposto por Horkheimer foi a tentativa de compatibilizar Marx e Freud, questão que veio a se tornar extremamente relevante nos anos 1930 (BRONNER, 1997) e que, atualmente, no campo da psicologia social e dos estudos organizacionais, adquire um lugar de destaque⁶. Horkheimer (1990) procurou compreender as manifestações culturais a partir das condições de produção da vida material relacionando os conceitos freudianos de estrutura psíquica com a teoria marxista da reificação.

Para Adorno (1994) “a investigação social crítica deve mostrar como nas relações subjetivas cintilam determinantes sociais objetivos”, ou seja, o modo de produção “condiciona a consciência e o inconsciente dos indivíduos”, de forma que é “como

⁶ É sempre necessário algumas cautelas na incorporação dos conceitos. Lacan (2008), por exemplo, sugere o conceito de *mais-de-gozar* como uma homologia ao conceito de mais-valia de Marx. Lacan se permite uma “licenciosidade poética” e, nesse sentido, desenvolve um conceito que do ponto de vista epistemológico, metodológico e teórico, não tem relação com o conceito de mais-valia. O problema assume contornos teóricos graves quando os conceitos originários de uma Epistême são incorporados diretamente por outra sem qualquer mediação.

dimensão reificada, carente de autonomia, que a subjetividade se torna tema prioritário de investigação”. A subjetividade, portanto, não deve ser descartada de uma análise epistemológica crítica como se a mesma pertencesse apenas ao terreno da pura especulação.

A ECONOMIA POLÍTICA DO PODER EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A Economia Política do Poder é uma teoria crítica que não se vincula diretamente à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica tal como definida por Adorno e Horkheimer, mas que reconhece sua importância para os estudos organizacionais, incorporando orientações que são fundamentais para a compreensão das relações de poder e dos mecanismos de controle. A teoria crítica que aqui se propõe constitui-se em uma teoria não apenas da economia (das relações de produção das condições materiais de existência), mas igualmente do poder (da ideologia, da alienação, da política, do ordenamento jurídico, enfim, da assim chamada superestrutura). É com este sentido que se desenvolve a Teoria da Economia Política do Poder. Desta forma, os estudos atuais sobre a vida nas organizações vêm sugerir que é preciso investigar mais do que as racionalidades instrumentais, que as estratégias, que as instituições, que os comportamentos e que as políticas. A análise das organizações necessita também desvendar o mundo objetivo e subjetivo das relações de poder e as formas de

controle que as mesmas impetram para se sentir autorizada a compreender essas organizações e suas finalidades. Entende-se que isto pode conferir qualidade à teoria, criar condições de análise e promover intervenções políticas em ambientes de trabalho preenchidos de competitividade de toda a ordem.

É neste sentido que se torna obrigatório apresentar os fundamentos da Teoria da Economia Política do Poder no estudo da gestão do processo de trabalho nas organizações, com a finalidade de indicar que a compreensão da vida nas mesmas e sua dinâmica exigem um esquema teórico-metodológico crítico e dialético, que seja capaz de responder às questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos das mais variadas formas e que valorizem o sujeito coletivo mais do que as organizações em que trabalham, pois de um modo ou de outro, se todos vivem em função de organizações ou delas dependem, como sugere Etzioni (1976), todos vivem originalmente em sociedade: especificamente, em uma sociedade dominada pelo sistema de capital. As organizações são, de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos que a constituíram e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a ela vinculados e os objetivos para os quais foram criadas. As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções histórico-

sociais complexas, dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e culturais, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias.

O problema central da Teoria da Economia Política do Poder, portanto, consiste em esclarecer em que medida as instâncias ocultas (que se operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas e no inconsciente individual) e as manifestas (inclusive e especialmente as referentes ao regramento e às estruturas) dão conteúdo às configurações do poder e do controle nas organizações. Dito de outro modo, é preciso revelar em que medida as organizações concretas definem suas relações de poder e seus mecanismos de controle, incorporando o que não pode ser dito e o que se reproduz em seus porões, ao que é possível falar, ao que pode ser manifesto às claras, de maneira a criar um mundo ao mesmo tempo de racionalidades (de regras, objetivos, políticas, processos produtivos, planos, estratégias, etc.) e de subjetividades (símbolos, ritos, elementos imaginários e mitos), com seus paradoxos e contradições.

As formas concretas de organização do mundo contemporâneo só podem ser compreendidas como resultados de um processo histórico, em todas as suas instâncias. Muitos podem ser os enfoques e variadas as abordagens analíticas a que podem recorrer os pesquisadores no sentido de investigar de que maneira

estas formas de organização ocorrem nas diversas sociedades e quais seus reflexos na vida da social e organizacional, em diferentes aspectos. A Teoria da Economia Política do Poder se propõe a dar suporte conceitual ao estudo de organizações concretas a partir da perspectiva das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações entre sujeitos e grupos sociais com o objetivo de analisar sua anatomia. A definição da Economia Política do Poder como uma teoria remete a uma construção epistêmica e metodológica e a um correspondente sistema teórico e não a uma concepção ontológica, no sentido heideggeriano, da economia do poder, pois que se trata de uma estruturação analítica que procura recobrir os diversos campos em que se fundamenta a realidade da práxis organizacional e não uma forma de vê-la. Trata-se de uma teoria eminentemente interdisciplinar.

Do ponto de vista do conhecimento, conforme já indicado, a Teoria da Economia Política do Poder é resultado de uma concepção dialética sustentada na interação tensionada entre sujeito e objeto (consciência e matéria) na produção do saber, a qual não abdica dos fundamentos metodológicos da ciência. De fato, o processo de elaboração teórica exige a observância dos rigores metodológicos. Neste sentido, entende-se, aqui, que a metodologia a ser adotada em uma investigação científica é dada não só pelas teorias disponíveis e pelas próprias condições do sujeito pesquisador, como pela condição do objeto de pesquisa, ou seja, não existe uma

metodologia tecnicamente padronizada que se aplicaria a qualquer objeto em quaisquer circunstâncias. A concepção de que a dialética não é compatível com pesquisas quantitativas é aqui totalmente recusada, pois o que determina a forma dialética de se apropriar do real é antes o movimento e as relações contraditórias do objeto do que o tipo de base empírica de que se utiliza. Para a Teoria da Economia Política do Poder, quanto mais amplo o acesso aos dados do campo empírico e quanto mais diversificadas forem as formas de obtê-lo, mais precisa será a análise.

Ao mostrar como a gestão das relações de trabalho nas organizações define e implanta seus mecanismos de controle a partir da interação de instâncias ocultas e manifestas que se opera em seu interior, o objetivo principal da Teoria da Economia Política do Poder é responder a dois propósitos que constituem sua práxis: o primeiro é de natureza epistêmica e teórico-metodológica; o segundo é de natureza prática, porquanto deve permitir desvendar e expor as relações de poder e os mecanismos de controle em organizações com o intuito de subsidiar os sujeitos em suas ações políticas de resistência e de enfrentamento. Para tanto, é necessário delimitar a abrangência de tal projeto e fundamentar sua abordagem. Tendo em vista que as questões epistemológicas e metodológicas já foram indicadas, ainda que sucintamente, cumpre agora definir que o objeto a ser estudado, o ambiente social em que o mesmo se encontra inserido, seu

contexto e seu foco, são as relações de poder materializadas nos mecanismos de controle na gestão do processo de trabalho nas unidades produtivas ou de pertença.

Deste modo, é necessário reafirmar o teor específico sobre o qual está fundamentada a Teoria da Economia Política do Poder. O campo empírico em que se encontra seu objeto de análise são as organizações concretas formais ou estáveis e as de pertença, em suas múltiplas interações e em suas formas recentes de estruturação no mundo contemporâneo. O objetivo dos estudos nessa linha, apontado no início, sugere que estas organizações devem ser analisadas nos limites da sociedade contemporânea marcadas pelo globalismo, ou seja, pela forma capitalista do processo histórico de globalização ou totalização. Ainda que se reconheça que este esquema proposto possa ser utilizado para análises organizacionais em ambientes não afetados pelo globalismo, é neste ambiente que este tipo de estudo pretende se concentrar, pois é nele que estão mais evidentes as contradições atuais do modo de produção capitalista.

Como se sabe deste Marx (1904; 1977), a produção social na qual os sujeitos estão inseridos estabelece relações definidas, que são ao mesmo tempo indispensáveis e independentes destes sujeitos, sendo que tais relações correspondem a estágios do desenvolvimento das forças materiais de produção e que o conjunto destas

relações de produção se constitui na base econômica material sobre a qual se assenta a superestrutura jurídico-político-ideológica. À base econômica e à superestrutura correspondem formas de consciência social. O modo de produção das condições materiais de existência condiciona o caráter geral da vida social e emocional dos sujeitos, de forma que a consciência da transformação da sociedade pelo sujeito individual encontra-se relacionada à consciência social, na medida em que *“não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, é sua existência social que determina sua consciência”* (MARX, 1904, p. 165).

Entretanto, a vida social é um lugar de contradições e a compreensão dos sujeitos sobre a mesma não pode ser definida e sequer determinada apenas pela consciência decorrente da sua existência social, pois por mais importante que esta seja (como de fato é), não é a única forma de existência. O conjunto dos processos inconscientes e subjetivos e das relações sociais forma a totalidade da existência do sujeito e é esta totalidade que constrói sua consciência. De igual maneira, tal construção encontra-se ela mesma carregada de contradições e conflitos presentes tanto em cada um dos processos (inconscientes e sociais), como entre os mesmos. Para os propósitos do Grupo de Pesquisa EPPEO, isto significa que se está diante de um quadro complexo de relações de poder no qual tanto os elementos objetivos quanto os subjetivos aparecem amalgamados nos processos de dominação e de afirmação da hegemonia do capital. É exatamente porque há

uma percepção deste amálgama que o capital investe cada vez mais no desenvolvimento de mecanismos sofisticados de controle sobre o processo e as relações de trabalho e que, ao mesmo tempo, os trabalhadores aperfeiçoam suas formas de resistência. Alienação, estranhamento e consciência crítica compõem o quadro histórico da luta política fundamental.

Como indica Marx (2007, p. 35),

Indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações políticas e sociais determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção.

Assim, o problema teórico e prático concentra-se nas especificidades ou nas peculiaridades sócio-históricas e estruturais da produção de uma economia política do poder, pelo capital, sobre o processo e as relações de trabalho nas unidades produtivas sob o seu comando, produção esta que se define em complexos sistemas e mecanismos de controle.

A pesquisa que se desenvolve no Grupo de Pesquisa a partir de uma perspectiva crítica trata de investigar este problema teórico e prático cuja formulação está sempre em movimento no interior de um processo histórico, o qual contém em si o desenvolvimento contraditório das forças produtivas no capitalismo, com seus períodos de expansão e suas crises de acumulação. Processo este que se dá com, ao mesmo tempo, o exercício do poder tanto do capital em seu curso de reprodução sociometabólica, quanto dos trabalhadores, em suas formas de resistência e de enfrentamento a partir da organização das suas forças políticas. Tal problema não poderia surgir ao acaso. Como afirma Marx (1904, p.165), *o problema apenas surge quando as condições materiais necessárias à sua solução já existem ou estão em processo de formação.*

Uma palavra ainda sobre a produção da pesquisa e sua exposição. A lógica da descoberta difere da lógica de exposição. A pesquisa começa pelo real para chegar aos conceitos e teorias que o expliquem. A exposição segue o caminho inverso, indo dos conceitos mais simples que ajudam a “iluminar” o modo como a realidade opera, para os mais complexos que permitem a representação do real em sua forma teórica (ideal). A lógica da exposição formal dos conceitos não pode ser confundida com uma proposição apriorística, segundo a qual o real deve ser explicado (enquadrado) de acordo com uma teoria previamente existente (uma

teoria que existia antes e independentemente da realidade), e sim como um modo organizado de explicação.

Deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o real. Se isto é realizado com sucesso e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção à priori (MARX, 2013, p. 90).

DIGRESSÕES (AO INVÉS DE CONCLUSÕES)

Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais é uma forma de olhar as organizações, é uma opção epistemológica, com fundamentos teóricos e metodológicos próprios. A EPPEO propõe uma teoria crítica, mas não se vincula à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, embora reconheça sua contribuição original no desenvolvimento de uma perspectiva analítica marxista voltada à emancipação, ao combate ao autoritarismo. Estes pesquisadores da Escola de Frankfurt faziam a defesa de uma sociedade diferente daquela que os perseguia: autoritária, com intenso controle social, impositiva e preconceituosa. Eles se dão conta de que ao fazer a defesa de uma sociedade emancipadora, mais humana,



democrática e justa, defrontam-se também com um modelo não capitalista que reproduz, de alguma maneira, a mesma razão totalitária que eles criticam no capitalismo. A economia política do poder vincula-se a uma teoria crítica no sentido de que se opõe à toda forma de autoritarismo, postulando a emancipação social, tendo por base a interação dos fundamentos econômicos, sócio-históricos, políticos, culturais e psicanalíticos. É uma tentativa de juntar estas questões todas para entender as organizações.

Com este propósito é que foi criado, em 2001/2, o Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais. Trata-se de uma proposta epistemológica porque junta em um mesmo tipo de enfoque, correntes teóricas diferentes, mas epistemologicamente compatíveis. Muito se fala nos cursos de mestrado e doutorado que a pesquisa tem que ser teoricamente coerente. Sem dúvida. Mas para que isto ocorra é necessário, antes, que ela seja epistemologicamente coerente. Para que seja possível usar diversas teorias, conversar com várias teorias, utilizar subsidiariamente várias teorias, a coerência epistemológica que tem que ser garantida. Para o EPPEO não existe trabalho teórico relevante se não existir uma epistemologia que guie este trabalho. Apesar do Grupo ter preferência por um tipo de análise, não pode negar a existência de outras formas, não pode deixar de reconhecer que elas têm seus méritos, seus fundamentos. Pode-se não concordar com elas, mas não lhes negar

existência e propriedade. É possível conviver com teorias diferentes? Sem dúvida. Cada uma tem a sua racionalidade, sua maneira de explicar a realidade. Quando se escolhe uma linha de trabalho, esta é a sua linha. Todas têm suas limitações e suas vantagens e quando se escolhe uma delas o pesquisador acredita que a escolhida é a que oferece mais vantagens. Entretanto, a escolha se dá em grande medida por afinidade de pensamento, pelas experiências sociais acumuladas, pelo tipo de respostas que se procura, pelo desafio ou pelo conforto, entre outros fatores objetivos e subjetivos.

Por isso, algumas vezes, quando se “como é que é isto pra administração?”, é preciso devolver a pergunta com outra pergunta: “Qual administração?” Porque tudo é tratado como se a administração e gestão das organizações fossem uma unidade, uma verdade, uma única teoria, uma única forma de ver o mundo. Mas nas ciências socialmente aplicadas não é assim. As teorias que alimentam a chamada teoria geral da administração são de várias origens, de várias matrizes. Não há uma resposta para todas as questões e tampouco há perguntas. E quando se questiona “qual seria então a sugestão para encaminhar este problema?” a resposta só pode ser “depende do vínculo epistemológico e teórico”. Em resumo: há uma escolha epistêmica (que permite optar pelo ponto de vista do trabalho ou do capital) e uma escolha teórica (que permite optar, dentro da escolha pelo capital, por exemplo, por um enfoque centrado na função, na

estrutura ou no comportamento). Não se pode dizer que uma abordagem está certa ou está errada, mas apenas que são diferentes formas de problematização, que a preferência ou o enfoque adotado é de uma ou outra dimensão epistemológica. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar aquelas ideologias que se vestem de teoria.

A tentativa da EPPEO de integrar a economia, com a política, a sociologia, a história, a psicologia, a psicanálise, a psicossociologia ou a sociologia clínica, a antropologia, a linguística, a filosofia, entre outras, é uma escolha pela interdisciplinaridade, porque apenas desta perspectiva se pode pretender alcançar a compreensão, ainda que restrita, da sociedade, da cultura, da ideologia, do imaginário, do simbólico, das relações sociais e de produção das condições materiais de existência. Nesta tentativa há uma recusa ao apriorismo, que ocorre quando o pesquisador estuda uma teoria, se debruça sobre os livros, escreve o chamado referencial teórico, seleciona variáveis, monta um questionário e depois dirige-se à realidade (ao caso empírico) na tentativa de compatibilizá-la com o modelo. O modelo existe antes da realidade, existe na cabeça do pesquisador. Este afirma que vai “testar a teoria”, em uma perspectiva popperiana, mas na verdade o que vai testar é a sua ideia, ainda que esta se apoie em teorias. O que pode acontecer é que ou a realidade sobra na teoria ou falta. O que pode fazer o pesquisador? Refazer a teoria para acomodá-la à

realidade ou recortar a realidade para caber na teoria. Ambas as opções são uma forma de falsear o real, embora possam ter aspectos de beleza estética. Ou seja, o pesquisador aplica o questionário, processa os dados usando o Statistical Package for Social Science- SPSS, de onde saem gráficos, tabelas, etc. O pesquisador, enfim, analisa os dados em função daquela teoria. Este não é o tipo de pesquisa da do Grupo EPPEO.

Trata-se, então, em primeiro lugar, de “conversar” com a realidade. Depois, refletir sobre ela. Daí então construir um mecanismo de sistematização, de organização, para apreender esse real e poder traduzi-lo. A relação do pesquisador com o real é, portanto, de interação. A realidade não está na mente do pesquisador em uma forma teórica prévia; tampouco está na realidade e vem para cabeça do pesquisador que se encontra totalmente vazia. De um lado, se saiu do real e vem para a mente é empirismo; de outro, se saiu da ideia e foi para a realidade é idealismo. Todas as vezes que um pesquisador vai para as organizações analisar estratégias organizacionais, racionalidades, instituições, comportamentos, conhecimento, teoria do conhecimento, políticas, desempenho, comprometimento, etc., acaba por conhecer apenas a parte superficial da organização, aquilo que é visível. Obviamente, não há condições de conhecer totalmente todos os fenômenos organizacionais. Os instrumentos analíticos, as teorias e os equipamentos disponíveis são incapazes não só de responder a todas

as perguntas como, o que é mais importante, de formulá-las. Essa é uma fraqueza da teoria, dos instrumentos e dos equipamentos. Mas a realidade tem uma existência em si mesma independentemente do fato de que a conhecemos.

O pesquisador, ao conversar com o real, apreende dele o que ele manifesta e procura extrair dele o não manifesto. Este saber é assimilado pelo pesquisador de acordo com seus conhecimentos sociais e históricos. Mas, ao fazer isto, o pensamento já não é mais o mesmo, pois incorpora elementos que o real forneceu. Com esta nova mediação, o sujeito percebe o real de uma forma mais ampla, que antes não era possível. Se o pesquisador não compreender que este processo está em movimento terá um retrato simples de algo que, quando terminar de descrever, já não será mais como era. O pesquisador não vai escrever o movimento como se fosse um diário, vai escrever o processo, até onde investigou. O sujeito pesquisador e a condição de interpretação daquilo que está pesquisando move-se à medida que investiga, de forma que é preciso ter clareza sobre como deve ser investigado esse processo para sistematizá-lo teoricamente. Se a teoria está pronta antes da investigação, o pesquisador, que neste caso faz uma mera conferência, apenas compara a teoria com a realidade.

De qualquer forma, existem alguns limites próprios da condição humana. Se o sujeito pesquisador não tem condições pessoais para ler o que o real lhe fornece,

não poderá compreender a realidade senão muito parcialmente. Se o pesquisador não tem essa condição internamente, não a terá externamente. A condição de leitura do real precisa estar também no sujeito e não apenas em seu conhecimento teórico, em sua condição racional. Se fosse tão simples, uma pessoa poderia ler um excelente livro sobre educação infantil e imediatamente se tornar um professor de crianças. Conhecer teoricamente não é saber. Se o simples conhecimento teórico mudasse a forma de ser, qualquer um poderia ler todos os livros de psicanálise e teria resolvido suas crises, angústias, etc. Conhecimento teórico é importante, mas não basta. Este é, talvez, o obstáculo mais complexo em um processo de pesquisa, pois independe de técnicas.

A concepção que orienta o Grupo de Pesquisa EPPEO é a de que compreender a estrutura material dos fenômenos organizacionais é um exercício de uma interação necessariamente contraditória, complexa, paradoxal e jamais definitiva entre o sujeito e o real, porque ambos, sujeito e realidade, encontram-se em um processo dinâmico, de forma que não há uma compreensão final e absoluta sobre como os fenômenos são, apenas uma compreensão histórica, da qual é necessário dar conta tendo como orientação a crítica intransigente a toda a forma de autoritarismo e a defesa de uma sociedade democrática e emancipada.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994. 207 p.
- BOTTOMORE, T. The Frankfurt school. London: Routledge, 1984. 96 p.
- BRONNER, S. E. Da teoria crítica e seus teóricos. Campinas: Papyrus, 1997. 432 p.
- ETZIONI, A. Organizações modernas. São Paulo: Pioneira, 1976. 164 p.
- FARIA, J. H. Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009. 402 p.
- FARIA, J. H. (Org.). Análise crítica das teorias e práticas organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007. 342 p.
- FARIA, J. H. Economia política do poder: fundamentos. Curitiba: Criar, 2004. v. 1. 201 p.
- FARIA, J. H. Tecnologia e processo de trabalho. Curitiba: UFPR, 1992. 124 p.
- FARIA, J. H. Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas. Curitiba: Criar, 1987. 205 p.
- FARIA, J. H. Relações de poder e formas de gestão. Curitiba: Criar, 1985a. 87 p.
- FARIA, J. H. O autoritarismo nas organizações. Curitiba: Criar, 1985b. 195 p.
- HARVEY, D. Para entender O Capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 336 p.

- HORKHEIMER, M. Teoria crítica. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1990. 236 p.
- HORKHEIMER, M. Critique of instrumental reason. New York: Seabury, 1974. 180 p.
- HORKHEIMER, M. Critical theory: selected essays. New York: Seabury, 1972. 312 p.
- LACAN, J. O seminário livro 16: de um outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 416 p.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe. Lisboa: Escorpião, 1974a. 616 p.
- LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. São Paulo: Ciências Humanas, 1974b. 174 p.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I. 574 p.
- MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 432 p.
- MARX, K. A contribution to the critique of political economy. New York: International Library, 1904. 264 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.
- OSBORN, R. Psicoanálisis y marxismo. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1943. 251 p.
- ROUANET, S. P. Teoria crítica e psicanálise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. 380 p.

VIANA, N. Universo psíquico e reprodução do capital. Ensaio freudo-marxista. São Paulo: Escuta, 2008. 108 p.

Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais

Resumo

O Grupo de Pesquisas Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO procura desenvolver uma teoria crítica das práticas organizacionais (públicas e privadas) a partir das relações de poder, dos mecanismos de controle na gestão dos processos de trabalho pelas unidades produtivas, das políticas do Estado Capitalista Contemporâneo e dos critérios de justiça na formulação e execução de políticas públicas, nas seguintes linhas de pesquisa: Epistemologia Crítica do Concreto, Metodologia e Teoria; Estado, Poder e Políticas Públicas; Formas Coletivistas de Gestão, Poder e Trabalho; Laboratório de Mudança Organizacional – LAMO; Modelos Produtivos, Relações e Organização do Trabalho; Organização, Trabalho e Subjetividade; Políticas Urbanas, Planejamento e Poder. O EPPEO procura desenvolver suas pesquisas, sua produção acadêmica e suas atividades de formação (graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) tendo por orientação a crítica intransigente a toda a forma de autoritarismo e a defesa de uma sociedade democrática e emancipada.

Palavras-chave

Relações de poder; teoria crítica; Estado Capitalista; relações de trabalho; epistemologia crítica do concreto.



Politic Economy of Power in Organization Studies

Abstract

Research group Politic economy of power in organization studies – EPPEO tries to develop a critical theory of organizational practices (public and private one) from Power relations, control mechanisms in work process management by productive units, from policies of contemporary capitalist state and justice CRITÉRIOS in formulation and execution of public policies, in research lines: Critical epistemology of concrete, methodology and theory; State, Power and public policies; Collectivist forms of management, power and work; Laboratory of organizational change – LAMO; Productive models, relations and organization of work; Organization, work and subjectivity; Urban policies, planning and Power. EPPEO develops its researches, academic production and formation activities (graduation, specialization, masters, doctoral and post-doctoral studies) guided by an intransigent critics to all kinds of authoritarianism, and by defense of a democratic and emancipated society.

Keywords

Power relations; Critical theory; Capitalist state; Work relations; Critical epistemology of concrete.

Economía Política del Poder en Estudios Organizacionales

Resumen

El Grupo de Investigación Economía Política del Poder en Estudios Organizacionales – EPPEO desarrolla una teoría crítica de las prácticas organizacionales (públicas y privadas) de las relaciones de poder, mecanismos de control en la gestión de los procesos de trabajo por las unidades de producción, las políticas del Estado capitalista contemporáneo y los criterios de justicia en la formulación y implementación de políticas públicas, en las siguientes líneas de investigación: Epistemología crítica del concreto, metodología y teoría; Estado, poder y políticas públicas; Formas colectivistas de gestión, poder y trabajo; Laboratorio de cambio organizacional – LAMO; Modelos productivos, relaciones y organización del trabajo; Organización, trabajo y subjetividad; Políticas urbanas, planificación y poder. El EPPEO busca desarrollar sus investigaciones, su producción académica e sus actividades de formación (graduación, especialización, maestría, doctorado y post-doctorado) guiado por una crítica intransigente a cualquier forma de autoritarismo y por la defensa de una sociedad democrática y emancipada.

Palabras-clave

Relaciones de poder; Teoría crítica; Estado capitalista; Relaciones de trabajo; Epistemología crítica del concreto.



Autoria

José Henrique de Faria

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Federal do Paraná. E-mail: jhfaria@gmail.com.

Endereço para correspondência

José Henrique de Faria. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Administração. Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80210-170. Telefone: (+55 41) 33604365.

Como citar esta contribuição

FARIA, J. H. Economia política do poder em estudos organizacionais. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 65-112, jun. 2014.

Contribuição Submetida em 19 ago. 2014. Aprovada em 19 ago. 2014. Publicada online em 4 set. 2014. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

